



Convergência contabilística entre União Europeia e América Latina é inevitável

Por Jorge Magalhães

Maria Clara Bugarim, presidente do Conselho Federal de Contabilidade, fala da realidade da profissão no Brasil, da aposta na educação, da busca de conhecimento noutros países como Portugal e da necessidade de União Europeia e América Latina darem as mãos em termos contabilísticos.



Maria Clara Cavalcante Bugarim formou-se em Contabilidade em 1987. Em 1998 assumiu a presidência do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Alagoas. Mestre em Controladoria e Contabilidade e pós-graduada em Auditoria, desempenha funções no Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e é professora na Universidade de Fortaleza. Desde Janeiro último, é presidente do Conselho Federal de Contabilidade.

Maria Clara Cavalcante Bugarim foi eleita em Janeiro presidente do Conselho Federal de Contabilidade, órgão máximo de registo e fiscalização da profissão contabilística no Brasil. Foi a primeira mulher a chegar a tal cargo. Bacharel em Direito, pós-graduada em Auditoria, mestre em Contabilidade e doutoranda em Engenharia e Gestão do Conhecimento, esta alagoana, que no VIII Prolatino proferiu uma comunicação subordinada ao tema «A profissão contábil no Brasil», fala aqui do gigantismo da realidade brasileira, das barreiras que os profissionais e as mulheres, em particular, têm vindo a superar e da troca de experiências e de conhecimentos que tem sido estabelecida com Portugal. Defensora da normalização contabilística internacional, esta professora universitária vê como inevitável a aproximação entre a União Europeia e a América Latina em termos contabilísticos e diz mesmo que é necessário que estes dois blocos estejam juntos, como forma de contrabalançar o peso dos Estados Unidos.

TOC - O Conselho Federal de Contabilidade acabou de completar seis décadas. É a primeira mulher a assumir a sua presidência. O que é que isto representa para si?

Maria Clara Bugarim – É um orgulho muito grande. A nossa regulamentação deu-se em 1946 e actualmente somos cerca de 391 mil

profissionais. Destes, 34 por cento são mulheres. Ao longo dos anos as mulheres têm vindo a lutar, mas a nossa participação em termos políticos à frente da instituição tem sido muito tímida. Mesmo nos 27 Conselhos Regionais que compõem o Conselho Federal de Contabilidade, há poucas mulheres que chegam à presidência. No estado de Alagoas, ao qual pertenço, fui a primeira mulher a presidir ao Conselho Regional. De há muitos anos a esta parte que olhávamos para o Conselho Federal e pensávamos que a mulher precisava também de participar de forma mais activa. A chegada de uma mulher à presidência do Conselho Federal de Contabilidade acabou por ser uma consequência natural do trabalho feito ao longo dos anos.

TOC – No universo da contabilidade brasileira há muita discriminação motivada pelo sexo?

M. C. B. – Ainda há, é verdade. Mas parece-me que esse não é um fenómeno exclusivo do Brasil, mas antes de todo o mundo. Para ilustrar essa situação, repare-se que para a mesma função, as mulheres, regra geral, ganham menos do que um homem. Há uma diferença significativa a nível de remunerações na esmagadora maioria dos países. Não sou feminista radical, mas faço parte de uma guerra pacífica. Uma guerra que queremos ganhar mas sem derrubar ninguém.

Aposta nos profissionais pode melhorar a vida das empresas

TOC – Estão inscritos no Conselho Federal de Contabilidade cerca de 391 mil profissionais. Como é que se gere uma instituição com tanta gente?

M. C. B. – A responsabilidade é muito grande. O Brasil é um país de extensão continental. É por isso que temos os Conselhos Regionais e é necessário que todos estejam alinhados para que a política implementada pelo Conselho Federal seja desenvolvida da mesma forma em todas as regiões. O que nos interessa é o fortalecimento da profissão. Para que a profissão seja forte, as regiões também necessitam de o ser. Como temos grandes desigualdades económicas e sociais de região para região, uma das nossas grande bandeiras é implementar uma política que atinja o Brasil como um todo, porque nesta corrente todos os elos devem ser fortalecidos.

TOC – A profissão é bem vista na sociedade brasileira?

M. C. B. – Acho que evoluímos bastante. Anteriormente, éramos denominados de guarda-livros, aliás, a exemplo do que acontecia também em Portugal. Lutámos muito para mudar esse perfil e para mostrar à sociedade que o profissional é um grande aliado.

TOC – Como assim?

M. C. B. – Queremos mostrar aos empresários que a aposta nos profissionais pode incrementar a economia, melhorar a vida das empresas, desde que a informação produzida seja bem utilizada e fiável, ou seja, esteja devidamente auditada.

TOC – O contabilista brasileiro é um alvo fácil de pressões?

M. C. B. – Muito. Mas isso não sucede apenas no Brasil. Repare-se, por exemplo, no que aconteceu ainda há pouco tempo com os grandes escândalos contabilísticos nos Estados Unidos e que envolveram também grandes empresas de auditoria. É por isso que é importante termos a profissão regulamentada e um código de ética bem estruturado. O nosso papel primordial é o do registo e da fiscalização, mas uma fiscalização não num sentido corporativo, de proteger os seus membros, mas antes no sentido de proteger a sociedade até dos maus profissionais que existem em todas as profissões.

Convénios e protocolos com instituições portuguesas

TOC – Iniciou o seu mandato em Janeiro passado. Que planos tem para as relações com o exterior, sobretudo com Portugal?



Entrevista





M. C. B. – Quando há pouco referi que uma das grandes finalidades do Conselho Federal de Contabilidade é a fiscalização, entendemos que ela deve ser sobretudo preventiva. Uma fiscalização preventiva tem de ter na base a educação, os ensinamentos, o aprimoramento da qualidade no exercício da profissão. E nesse capítulo temos alguns problemas.

TOC – Tais como...

M. C. B. – Temos um número muito limitado de doutores. Repare que num universo de 390 mil profissionais não chegamos aos 150 doutores. Em virtude disso, estamos a procurar estabelecer convênios e protocolos com países irmãos. Temos, por exemplo, alguns professores que vêm a Coimbra aprofundar os seus estudos e preparar o doutoramento. Passa-se o mesmo em relação à Argentina. Esta troca, estas relações são importantes para a busca de um maior conhecimento. Temos que ter professores qualificados e com condições para disseminar o conhecimento.

União Europeia e América Latina precisam de unir esforços

TOC – E relativamente à relação do Conselho Federal de Contabilidade com outras instituições internacionais como, por exemplo, a CTOC?

M. C. B. – É importante que estabeleçamos boas relações com outras instituições fora do Brasil. O professor Lopes de Sá tem sido muito importante em todo este processo. E isto é tanto mais importante quanto se discute, por exemplo, a harmonização de normas. Este é hoje um assunto de extrema relevância e os países de língua latina têm que estar unidos. Num mundo globalizado, é necessário estarmos cientes das nossas realidades, precisamos de estar alinhados mas sem perder a nossa essência, a nossa nacionalidade e os interesses dos nossos países. Isto não quer dizer que estamos todos contra os Estados Unidos. Precisamos de estar atentos e unidos para que tenhamos condições de constituir um bloco com força. Quando digo todos, refiro-me à América Latina e à União Europeia. Precisamos de estar juntos.

TOC – Fala-me da América Latina e da União Europeia e da necessidade de dar as mãos. Acha que a normalização contabilística entre estes dois blocos algum dia será possível?

M. C. B. – Acredito que sim. Mas há resistências naturais. Por trás de cada organismo existem interesses. Acredito, contudo, que com a globalização essa convergência será inevitável. Hoje, o mundo é pequeno. A própria evolução do comércio irá forçar isso, quer queiramos quer não.

TOC – Em Portugal, como de resto noutros países, há quem coloque relutâncias à normalização contabilística internacional. Como é que olha para todo esse processo?

M. C. B. – Acredito que estas resistências são naturais, são as resistências à mudança que existem em qualquer lado. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a informática. Quando se deu o grande *boom* informático criou-se um pânico na profissão dizendo que os computadores iriam substituir os profissionais, que estávamos a perder os direitos da nossa profissão. Passado esse primeiro momento, as pessoas entenderam que o computador e respectivos programas de *software* são ferramentas importantes para que a profissão seja exercida com mais rapidez e segurança. Acredito que é isso que se passa também na normalização contabilística. Num primeiro momento, um país teme essa ingerência vinda de fora, imagina que todas essas grandes corporações venham tirar o que de melhor existe no país por força de interesses externos, enfim, que a própria economia do país irá perder identidade. Mas se se fizer um trabalho profícuo, sem perder a identidade de cada um mas buscando o consenso, a harmonização, não haverá problemas. Temos de pensar também nos investidores internacionais. No estado do Ceará, por exemplo, boa parte da rede hoteleira está nas mãos de portugueses, espanhóis e italianos. Isso é visto como sendo natural, porque é a economia a funcionar. O capital não conhece fronteiras, circula a grande velocidade e as pessoas gostam também de ter o máximo de certezas quanto ao retorno dos seus investimentos. Costumamos dizer que a contabilidade é a linguagem internacional dos negócios. Se é internacional precisamos de entender as regras do jogo em qualquer parte do mundo.

TOC – O Brasil é um bom país para se investir?

M. C. B. – É um país que está preparado para receber esses investimentos. Quando o presidente Lula da Silva subiu ao poder não faltou quem receasse na comunidade internacional que iria haver mudanças

Num mundo globalizado, é necessário estarmos cientes das nossas realidades, precisamos de estar alinhados mas sem perder a nossa essência, a nossa nacionalidade e os interesses dos nossos países

drásticas na economia, por ser uma pessoa de esquerda. Este primeiro mandato mostrou que isso não passava de folclore. A própria evolução do país não permite que algum dirigente venha acabar com o trabalho feito ao longo dos anos. O Brasil é um país com uma economia sólida e no qual se pode confiar.

TOC – O Brasil pode constituir-se, a médio/longo prazo, como um grande pólo económico mundial?

M. C. B. – O Brasil despertou. Nós até costumamos evocar aquela letra que «vivo num país tropical, abençoado por Deus». Porquê isto? O Brasil é um país rico, com imensos recursos naturais, temos até o “pulmão do planeta”. Mas agora precisamos de investir na educação, não só na classe contabilística mas no país como um todo. A partir do momento que o país começa a investir na educação com força, o que já está sendo feito, teremos um país mais sólido. O que faltava no Brasil era um investimento maior no seu povo. E isso começa a ser feito. Hoje somos já uma potência, um país continente com uma economia forte.

TOC – Que balanço faz de uma iniciativa como o Prolatino?

M. C. B. – Um balanço muito positivo. Como afirmou o professor Lopes de Sá, os sonhos precedem as realizações. O Prolatino foi um sonho do professor que, edição após edição, se consolidou. Com a grandiosidade que foi realizado em Portugal acho que ultrapassou todas as fronteiras. Sendo o seu fundador um brasileiro, naturalmente que isso é motivo de orgulho para todos nós. ★

